

OS DESAFIOS DO TRABALHO FEMININO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO DA SOJA E DO CAFÉ: O CASO DE CAMPOS LINDOS/TO E ENCRUZILHADA/BA

Valéria Pereira Santos¹

Nádia de Sousa Silva²

Marcelo Rodrigues Mendonça³

RESUMO

Na leitura das realidades dos municípios de Campos Lindos(TO) e Encruzilhada(BA), estes, por sua vez, apresentam que o agronegócio da soja e do café tem transformado esses territórios rurais, além das implicações sociais relacionadas à precarização e exploração do trabalho no campo, verifica-se também a questão da degradação ambiental, com riscos de contaminação da água, dos solos, devido ao uso de agrotóxicos utilizados nos monocultivos. Diante do exposto, o intuito é compreender os rebatimentos territoriais do agronegócio na produção de alimentos produzidos pelas mulheres camponesas. Apesar do predomínio do agronegócio do café e da soja nesses municípios, são as mulheres e suas comunidades que praticam a agricultura camponesa, as responsáveis pela produção dos alimentos com referências identitárias e culturais, se opondo a lógica da produção do agronegócio do café e da soja, as *commodities*. Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa é analisar a invisibilidade e os desafios do trabalho feminino e as *(Re)Existências* construídas como estratégias para a manutenção e reprodução das camponesas, mediante as monoculturas de café no município de Encruzilhada (BA) e de soja em Campos Lindos (TO). No que tange aos aspectos de ordem teórico-metodológica, esta por sua vez, se ancora numa abordagem qualitativa, onde privilegiou-se a pesquisa de campo e a realização de entrevistas não-diretivas, bem como, o levantamento de dados secundários nos acervos oficiais. Após esse procedimento foram realizadas as análises dos resultados obtidos e por fim as considerações que permeiam as experiências e vivências das camponesas envolvidas nas áreas de influência do agronegócio do café e da soja e os efeitos territoriais decorrentes nas comunidades pesquisadas.

Palavras-chave: Agronegócio, *(Re)Existências*, Territórios, Mulheres Camponesas.

RESUMEN

Al leer las realidades de los municipios de Campos Lindos/TO y Encruzilhada/BA, éstas, a su vez, muestran que la agroindustria de la soja y el café ha transformado estos territorios rurales,

¹ Doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). valria.sants@gmail.com

² Doutoranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). naddyasousa@hotmail.com

³ Orientador da pesquisa. Professor Doutor no Curso Geografia e de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). marcelomendonca@ufg.br


a las implicaciones sociales relacionadas con la precariedad y explotación del trabajo en el campo, se suma también el problema de la degradación ambiental, con riesgos de contaminación del agua y del suelo, debido al uso de pesticidas que se utilizan en estos monocultivos. Teniendo en cuenta lo anterior, se busca comprender las consecuencias territoriales del agronegocio en la producción de alimentos producidos por mujeres campesinas. A pesar del predominio de la agroindustria del café y la soja en estos municipios, son las mujeres y sus comunidades quienes practican la agricultura campesina, quienes se encargan de producir alimentos con identidad y referentes culturales, oponiéndose a las lógicas de producción de la agroindustria del café y la soja, commodities. Desde esta perspectiva, el objetivo de la investigación es analizar las invisibilidades y desafíos del trabajo femenino y las (Re)Existencias construidas como estrategias para el mantenimiento y reproducción de las mujeres campesinas, a través de monocultivos de café en el municipio de Encruzilhada (BA) y de soja en Campos Lindos (TO). En cuanto a los aspectos teórico-metodológicos, este a su vez se ancla en un enfoque cualitativo, donde se privilegió la investigación de campo y las entrevistas no directivas, así como la recolección de datos secundarios en colecciones oficiales. Luego de este procedimiento, se analizaron los resultados obtenidos y finalmente se realizaron las consideraciones que permean las experiencias de las mujeres campesinas involucradas en las zonas de influencia de la agroindustria cafetalera y sojera y los efectos territoriales resultantes en las comunidades investigadas.

Palabras clave: Agronegocio, (Re)Existencias, Territorios, Mulheres Campesinas.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas quatro décadas, muitas transformações sociais e culturais ocorreram no campo do trabalho, especialmente com relação à participação das mulheres, que buscam a superação das desigualdades estruturais, das imposições sociais de controle sobre seus corpos, força de trabalho e mentes. Apesar dos avanços na divisão sexual do trabalho, os resultados ainda são lentos, pois permanece no senso comum os corpos femininos com o papel de procriar filhos para o Estado e cuidadoras dos convalescidos, mão de obra não assalariada para o capitalismo, o que reduz as mulheres à condição de trabalho não pago (FEDERICI, 2017).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sistematizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2022) na série de 2014 a 2019, mostrou o crescimento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho, que chegou a 54% no último ano da série. No entanto, o acesso das mulheres ao trabalho remunerado é 20% inferior em relação à participação masculina. Essa situação fica ainda pior quando ocorrem crises que afetam a economia e outros setores da sociedade, a exemplo da crise econômica de 2008 e a recente crise sanitária da pandemia da Covid 19.




Por sua vez, no campo, sobretudo na produção de alimentos, as mulheres camponesas produzem mais da metade dos alimentos e desempenham importante papel na conservação da sociobiodiversidade, garantindo a soberania e a segurança alimentar da família a partir da produção de alimentos agroecológicos. No entanto, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta que, grande parte das mulheres do campo continuam em situação de desigualdade social, política e econômica. Em relação à propriedade da terra, apenas 30% está sob a titularidade do público feminino; já quanto ao acesso a créditos e a assistência técnica, a taxa é ainda pior, pois as mulheres acessam apenas 10% dos créditos e 5% da assistência técnica (FAO, 2017).

Entre os aspectos que contribuem para a desigualdade do acesso das mulheres aos meios de produção no campo está a concentração da terra, que é um fenômeno em ascensão, reduzindo os pequenos e médios estabelecimentos rurais de 100 a 1000 hectares e ampliando os grandes estabelecimentos com áreas acima de 1000 hectares. No Brasil, 5.072.152 estabelecimentos rurais somam, apenas, 350.253.329 milhões de hectares de terras. De 2006 a 2017 ocorreu a redução de 103.484 estabelecimentos e a concentração de áreas ocupadas em 16,5 milhões de hectares (IBGE, 2017). Essa situação é resultado do agravamento das tensões que envolvem a questão agrária e fundiária no país, provocado pelo *boom* da produção agropecuária para exportação a partir da década de 2000, tratado por Svampa (2016) de *consenso das commodities*.

Campos Lindos e Encruzilhada têm pouco em comum, estando situados em regiões geográficas distintas: um no Cerrado tocantinense e outro na Mata Atlântica baiana, cerca de 1586 km de distância, com uma população de 8.653 e 19.107 habitantes, respectivamente. As ligações entre os dois municípios são explicadas pela dinâmica de expansão do capital através das *commodities* da soja e do café. Campos Lindos é o segundo maior produtor de soja do Tocantins, com 67.866 hectares, enquanto Encruzilhada se destaca na produção de café (arábica e conilon), predominando o cultivo do café arábica, com 6.109 hectares (IBGE, 2023). Em 2020, o Produto Interno Bruto per capita (PIB) de Campos Lindos foi de R\$46.047,99 e R\$13.395,19 para Encruzilhada. Apesar de Campos Lindos apresentar um PIB per capita elevado, 84% da população está em situação de pobreza. Encruzilhada, no entanto, tem um PIB mais baixo, mas a taxa de pobreza é apenas 35%. Contudo, ambos municípios possuem Índice de Desenvolvimento Humano de 0,544, considerado baixo (IBGE, 2017).

Outra semelhança entre os dois municípios é a desigualdade de gênero na gestão das propriedades rurais: dos 1.871 estabelecimentos agrícolas de Encruzilhada, somente 351 são



geridos por mulheres. Campos Lindo não é diferente, apesar de ter menos da metade dos estabelecimentos rurais de Encruzilhada, as produtoras mulheres são apenas 104 de um total de 655 estabelecimentos rurais (IBGE, 2017).

Diante do exposto, o objetivo do texto é analisar a invisibilidade e os desafios do trabalho feminino e as *(Re)Existências*⁴ construídas como estratégias para a manutenção e reprodução das camponesas, mediante as monoculturas de café no município de Encruzilhada (BA) e de soja em Campos Lindos (TO).

Quer-se compreender os rebatimentos territoriais do agronegócio na produção de alimentos identitários produzidos pelas mulheres camponesas. Apesar do predomínio do agronegócio do café e da soja nesses municípios, são as mulheres e suas comunidades que praticam a agricultura camponesa, as responsáveis pela produção dos alimentos com referências identitárias e culturais, se opondo a lógica da produção do agronegócio do café e da soja, as *commodities*.

METODOLOGIA

A pesquisa está ancorada numa perspectiva qualitativa de investigação e análise, a princípio com realização de levantamento bibliográfico em fontes que abordam a temática em discussão. Buscou-se analisar a realidade do campo nos municípios de Encruzilhada (BA) e de Campos Lindos (TO) com base nas discussões teóricas sobre trabalho feminino (FARIA, 2009; FEDERICI, 2017); já sobre a produção de alimentos identitários (MENEZES; ALMEIDA, 2021; BRANDÃO, 1981; WOORTMANN, 1997; sobre território (HAESBAERT, 1997; ALMEIDA, 2018); e por fim sobre agricultura camponesa e agronegócio (MENDONÇA, 2004; FERNANDES, 2014; THOMAZ JUNIOR, 2017).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, privilegiou-se a pesquisa de campo e a realização de entrevistas não-diretivas⁵, bem como, o levantamento de dados secundários

⁴ De acordo com Mendonça e Pelá (2010) as *(Re)Existências* são “[...]ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, [...] que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento” (2010, p.54).

⁵ De acordo com Severino (2007) a entrevista não-diretiva possibilita ao entrevistador fazer a coleta de informações a partir do “discurso livre” dos sujeitos. [...] O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimento suas representações (SEVERINO, 2007, p. 125).

nos acervos oficiais. Após esse procedimento foram realizadas as análises dos resultados obtidos e por fim as considerações que permeiam as experiências e vivências das camponesas envolvidas nas áreas de influência do agronegócio do café e da soja e os efeitos territoriais decorrentes nas comunidades pesquisadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O poema *Madrugada Camponesa*⁶ retrata como os camponeses e camponesas vivem e constroem suas Existências. A Existência camponesa se caracteriza pela *combinação* de relações de produção não capitalistas e relações capitalistas, pois representa as *(Re)Existências* diante da produção capitalista e se distingue por meio da organização do trabalho, da produção diversificada e familiar, das formas de uso da terra, da água e a relação com o mercado.

A produção camponesa visa criar as condições para reprodução social da família e, isso, implica, essencialmente, na produção de comida, seja para o autoconsumo, seja para a comercialização, enquanto, o excedente ou mesmo as estratégias de inserção subordinada ao mercado, permitem fontes de renda para adquirir outros alimentos/produtos que não são produzidos nesses territórios.

As mulheres camponesas, no contexto de hegemonia do modo de produção capitalista, resistem mantendo *combinadas* relações não capitalistas de produção. Assim, a produção e a reprodução da vida camponesa estão imbricadas com o trabalho desempenhado por essas frações sociais da classe trabalhadora ampliada, por seu modo de vida e as formas de *(Re)Existirem* no território (THOMAZ JR, 2011), o que representa “[...] uma forma alternativa ao modelo produtivista hegemônico” (BOSETTI, 2016, p. 143).

O trabalho das camponesas não se resume apenas à produção de alimentos, mas também está associado aos aspectos socioculturais, como às territorialidades, a identidade, os valores, a tradição e as estratégias políticas “[...] pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual”. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 15).

Compreendemos que o trabalho é a base fundamental para o desenvolvimento humano, uma vez que, ontologicamente, estamos inseridos na sociedade e, portanto, somos influenciados por suas demandas e necessidades. Para Thomaz Junior “[...] o trabalho, em todas as suas

⁶ *Madrugada Camponesa* poema de composição de Thiago de Mello em 1965.

dimensões, é a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual” (2002, p. 02)

A prática de elaboração dos alimentos diversificados conduzida pelas camponesas (nos quintais produtivos ou nas roças ampliadas) se configura como, “[...] uma recusa total de ser excluída da política de desenvolvimento agrícola” (DESMARAIS, 2013, p. 49), considerando a produção camponesa e a sua diversidade como práticas contrárias as atividades hegemônicas do capital. Corroborando essa afirmativa, os autores pontuam que, “[...] a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 7).

A produção de alimentos está arraigada no modo de vida dos trabalhadores da terra e dos camponeses e se configura como um processo de (Re)Existências para os grupos sociais que residem nos territórios rurais, perfazendo um contraponto ao modelo de monocultivo do agronegócio que considera os alimentos uma mercadoria (*commodities*).

Nesse ínterim, ao analisar as atividades desenvolvidas nos municípios pesquisados, a saber, Campos Lindos(TO) e Encruzilhada(BA) e as transformações socioespaciais que ocorrem nesses territórios, é notável as conflitualidades ali existentes e o capital materializado no campo, por meio da expansão do café e da soja.

Os agricultores camponeses que produzem comida de verdade afirmam e reafirmam as territorialidades que se constroem por meio das relações sociais, em contraponto às “pressões investidas pela aquisição da sua terra de trabalho por aqueles detentores do capital. Com a transformação do uso da terra e a (re)invenção de produtos, busca o agricultor familiar a sustentabilidade em uma terra que é lugar de vida” (MENEZES, 2009, p. 42).

Refletir sobre como esses sujeitos sociais (Re)Existem nesses territórios é entender que as estratégias de fortalecimento utilizadas por eles são elementos fundantes para a sua continuidade na terra. De acordo com Pelá; Mendonça (2012), a (Re)Existência se constitui como:

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

(Re)Existir é sinônimo de existir, ressignificar, continuar, permanecer e lutar. E disso resulta um horizonte de possibilidades/necessidades para continuarem sobrevivendo, por meio das estratégias de revalorização dos alimentos que, se constituem como novas formas de (Re)Existências. Os sujeitos sociais buscam (Re)Existir por meio da organização política que

se expressa na luta conjunta pela terra e água, sendo possível mencionar a importância da organização coletiva de movimentos sociais e organizações comunitárias, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e o MCP (Movimento Camponês Popular). Além disso, (Re)Existem mediante os seus saberes e fazeres, isto é, os elementos fundantes das relações de identidade, o pertencimento enraizado pelas práticas socioculturais que são, em verdade, marcas eivadas de sentidos e significados. São múltiplas e dinâmicas as (Re)Existências, estas, substanciais na reprodução desses homens e mulheres.

Portanto, a correlação de forças entre as classes sociais antagônicas coloca em evidência as contradições do campo brasileiro, pois se tem, no Brasil, um agronegócio forte tanto pelo viés econômico quanto ideológico, assim como há movimentos sociais representativos que estabelecem uma luta que se expressa, materialmente, nos territórios. Decorre disso a importância das camponesas, que, além de preservarem os seus costumes, integram organizações políticas orgânicas, como o MST, para continuarem (Re)Existindo.

Nesse contexto, compreende-se que esses sujeitos/camponeses vivenciam essas territorialidades, cultivam alimentos e experienciam no seu cotidiano além da produção, o consumo e a comercialização desses alimentos e compartilham as relações que estão entrelaçadas naquele território. Para Haesbaert (1997):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Haesbaert (1997) aponta que o território é mais do que um espaço físico, possui também características simbólicas e culturais atribuídas pelos grupos sociais que o habitam. Essa identidade territorial é uma forma de controle simbólico sobre o espaço e também uma maneira de apropriação. Em síntese, o território é um elemento fundamental tanto para a construção de identidades e relações sociais como para o exercício do poder político e controle social, isto é, um espaço que vai além de sua dimensão física.

O território torna-se assim, condição *sine qua non* nos processos de (re)produção social da vida humana em sociedade, frente às tensões oriundas das contradições do modo de produção capitalista. Na compreensão de Haesbaert (2004, p. 1), o território:

[...] tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue

apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Os territórios são também fortemente marcados por elementos simbólicos e é assim que se pode afirmar que não existe compreensão dos processos de configuração territorial sem o aporte de imagens que alimentam as novas configurações materializadas no espaço.

Contudo, a produção camponesa enfrenta desafios históricos, principalmente pós-revolução tecnológica que a conformou a uma condição de improdutividade, especialmente nas áreas de fronteiras agropecuárias. Isso porque, segundo Shiva (1997), a modernização tecnológica tem sua gênese no pensamento cartesiano, onde se estabelece parâmetros de comparação do que é produtivo e o que é improdutivo, cálculo estabelecido pela métrica do índice Produto Interno Bruto (PIB). Com essa definição, os sistemas agrícolas considerados produtivos são aqueles que dependem do sistema financeiro, da indústria química e tecnológica, que impulsionam a exploração dos bens comuns para a extração de mercadorias para exportação.

De acordo com Woortmann e Woortmann (1997, p. 13), a diferença entre o modo de produção camponês e o modo de produção capitalista ocorre da seguinte forma: “para se reproduzirem, os camponeses produzem mercadorias, mas a produção de mercadorias é antecedida logicamente pela reprodução de bens, e esta, por sua vez, é antecedida pela produção/reprodução de bens simbólicos que constituem o corpo do saber”. É a articulação de relações e símbolos materiais e imateriais do modo de produção camponesa que a torna tão complexa e impossível de ser calculada pelo PIB, especialmente quando os bens e serviços são produzidos pelas mulheres, que estão numa lógica de produção e reprodução da vida.

O TRABALHO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A luta das mulheres por trabalho e emancipação vem de longe. As mulheres camponesas também construíram suas histórias e lutas, com agendas políticas que reivindicam o acesso à documentação, direitos previdenciários, participação política, direito à terra e território, reconhecimento do trabalho da mulher, direito a um ambiente saudável, por uma agricultura sustentável e ecológica e, principalmente, a denúncia das violências de gênero no campo.

Com a criação do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, durante a Conferência Mundial promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), a luta política das mulheres do campo foi fortalecida. No primeiro momento, foi por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras

Quintas (STTRs), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), frentes de onde surgiram as primeiras conferências nacionais para ouvi-las e, partir destas pautas, foram se configurando políticas públicas para atender as demandas das mulheres (FARIA, 2009).

A democratização do acesso à terra e aos meios de produção foi uma das principais bandeiras de luta das mulheres camponesas, mas essa pauta sempre esteve vinculada à pauta de justiça de gênero no campo, igualdade de acesso à terra e aos territórios.

Embora ainda seja comum na família camponesa a ideia e o discurso de que os homens são responsáveis por prover o sustento da casa, na realidade esses papéis não são definidos assim, as mulheres assumem outros trabalhos que vão além do cuidado da família e afazeres domésticos: elas também respondem pela gestão da propriedade, o trabalho na roça, a geração de renda fora da terra e a luta pelo território (FARIA, 2009).

Nas comunidades camponesas da Serra do Centro, em Campos Lindos, Tocantins, por exemplo, para superar as dificuldades na produção de alimentos provocadas pelo aumento das pragas oriundas das lavouras de soja e pela falta de recursos financeiros para apoiar a produção agrícola comunitária, as mulheres estão priorizando a produção de alimentos nos quintais produtivos. Nos espaços perto das casas, as camponesas plantam frutas (caju, manga, acerola, goiaba), criação de pequenos animais (galinhas, patos e suínos), hortaliças (pimenta-de-cheiro, cebola e ervas medicinais) e outros cultivos para a alimentação diária: cana-de-açúcar, macaxeira, batata, inhame, etc. Alguns quintais são mais estruturados com casa de farinha, irrigação por gravidade e galinheiros, e outros menos, mas todos são espaços organizados pelas mulheres.

As camponesas constroem as territorialidades por meio da agricultura da abundância, com a produção de alimentos saudáveis, em especial, na Comunidade Vila Corina, no distrito de Vila do Café em Encruzilhada/Bahia, onde as agricultoras, em seus sítios e utilizam esses pequenos lotes de 10x15 em sua maioria, para o cultivo de alimentos agroecológicos, desempenham significativa relevância em sua produção, no modo de vida e na economia local, que se configuram como espaços de *(Re)Existência*, assegurando a reprodução social de grupos familiares e ainda, assegura a agrobiodiversidade local. Corroborando tal entendimento, Carvalho (2013) considera que o agricultor camponês é o guardião da agrobiodiversidade, pois seus saberes são transmitidos no contexto da família e da comunidade que se insere e vivencia.

Os cultivos agroecológicos, é uma atividade que vem ganhando visibilidade no município e se constitui nos modos de vida de homens e mulheres, dos grupos familiares, por meio das relações de pertencimento, da cultura, dos sentidos e significados e da identidade, no que tange às práticas culturais descortinadas por essas camponesas do que é viver e pertencer à terra. As experiências com a terra por parte dessas mulheres estão vinculadas com as relações sociais e

de sociabilidades construídas, ao mesmo tempo, em que se configuram como territorialidades e (Re)Existências em continuarem existindo nesses espaços rurais.

Ao analisar os territórios rurais de Encruzilhada e Campos Lindos, marcados pela territorialização do capital e a expansão do agronegócio cafeeiro e sojeiro, estes por sua vez, se consolidam como monocultivos predominantes nesses territórios. Essa realidade presentificada no campo brasileiro é abordada por Thomaz Junior (2017) que confirma que o *agrobusiness* é centrado no “[...] modelo concentrador de terra, água, renda, riqueza, bem como protagonista da destruição das forças produtivas e multiplicador da miséria e da pobreza dos trabalhadores” (THOMAZ JUNIOR, 2017, p.2). Desta feita, o desafio é desnudar as múltiplas territorialidades construídas por essas camponesas que trabalham e vivem na terra, uma vez que, o agronegócio que integra a lógica capitalista de produção, monopoliza os territórios e por muitas vezes inviabiliza a existência desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou o processo de construção das (Re)Existências e das territorialidades das camponesas, *trabalhadoras da terra* e sujeitos sociais no contexto da elaboração dos cultivos da agricultura de base familiar com a expansão do agronegócio do café da soja.

Destarte, com esta pesquisa pretendeu-se contribuir para a visibilidade do trabalho desenvolvido pelas camponesas nos cultivos de alimentos e para a construção de políticas públicas com o intuito de fortalecer a valorização dos sistemas alimentares.

Apesar do predomínio do monocultivo do café e da soja nos territórios pesquisados, são as camponesas e suas comunidades que praticam a agricultura para alimentação, as responsáveis pela produção dos alimentos tradicionais com referências culturais e identitárias, embora, sofram pressões pela predominância da produção das *commodities*, que integram a lógica das corporações capitalistas nessas regiões, associadas às demandas mercadológicas mundializadas.

Nesse sentido, observa-se a partir dos discursos livres das camponesas a precarização das relações do trabalho feminino que se dão na dinâmica da lógica da produção da expansão do agronegócio. Assim, ao retratar a produção dos alimentos identitários nos municípios pesquisados, destaca-se como rebatimento a produção do agronegócio que vem alterando os modos de vida e, conseqüentemente, as territorialidades dos sujeitos do campo, principalmente das camponesas.

REFERÊNCIAS

ROSETTI, Cleber José. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. In: STEDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil*. Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras expressões, 2016 [2012], p. 127-152.

CARVALHO, Horácio Martins. O CAMPONÊS, GUARDIÃO DA AGROBIODIVERSIDADE. *Boletim DATALUTA*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. 2013. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 20 jul. 2023.

DESMARAIS, Anette Aurélie. *A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/governo-destina-r-289-bi-para-agricultura-familiar-20-a-maisqueem-2014/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FARIA, Nalu. *Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural*. In: BUTTO, Andrea. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília : MDA, 2009. 168p.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa, mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Fundação Getúlio Vargas (FVG). **Participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior à dos homens**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/participacaode-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-20-inferior-a-doshomens/#:~:text=O%20estudo%20foi%20feito%20com,54%2C34%25%20em%202019>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EdUFF. 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>. Acesso em: 28 Mar. 2023.

MENDONÇA, Marcelo. Rodrigues.; MESQUITA, Helena. A. *O Agro-Hidro-Negócio no Cerrado Goiano: a construção das (re)existências*. In: **I Encontro Latinoamericano Ciências Sociais y Represas e II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens**, 2007, Salvador (BA). Anais... Salvador-BA, p. 1-15, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v16i0.3535>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de PósGraduação em Geografia Pró-Reitoria de PósGraduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.



MOTTA, Márcia; ZARTH Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos** ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008.

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). **Mulheres rurais são essenciais para a garantia da segurança alimentar**. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1063661/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SVAMPA, Maristella. **Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais, um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas**. In. DILGER, Gerard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário, debate pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

THOMAZ JUNIOR, A. **Degradação Sistêmica do Trabalho no Agrohidronegócio. Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16020, 2017.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. 192 p.